



CONGRESSO NACIONAL

Sessão Especial
Secretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 10/12/2008, às 15:00
10/12/2008 / estagiário

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

MPV-449

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00119

DATA:	MEDIDA PROVISÓRIA
	Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008

AUTOR:	FERNANDO FERRO - PT/PE
--------	------------------------

(x) Supressiva () Substitutiva () Modificativa () Aditiva () Substitutivo Global
--

TEXTO
Suprima do art. 23 da MP 449, de 2008, o presente artigo.
Art. 23
.....
"Art. 26-A. No âmbito do processo administrativo fiscal, fica vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:
I - que já tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária definitiva do Supremo Tribunal Federal;
II - que fundamente crédito tributário objeto de:
a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei no 10.522, de 19 de junho de 2002;
b) súmula da Advocacia Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993; ou
c) pareceres do Advogado Geral da União aprovados pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993." (NR)

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
--------	---------------------	----	---------

DATA	ASSINATURA
11	

340
MPV 449/08

JUSTIFICAÇÃO

Recomenda-se a supressão completa do artigo por afronta ao princípio da força normativa e da efetividade máxima da Constituição. Ninguém pode abster-se de cumprir a Constituição. A Carta Magna figura no topo da pirâmide do ordenamento normativo gozando de força positiva e obrigado a todos, quanto mais a Administração Pública. A Constituição não fica apartada do ordenamento, mas, ao contrário, figura no conjunto de leis em sentido amplo que formam o ordenamento, possui força vinculativa e positiva.

Pelo princípio da efetividade máxima toda e qualquer interpretação legal, inclusive de lei federal como pretende o artigo em comento, deve ser pautada nos primados constitucionais para que se dê à Carta Magna maior aplicabilidade. Assim, não existe interpretação legal que não seja também constitucional. Pretender que a Constituição encontre aplicabilidade em certas ocasiões e ignorando outras, leva ao casuismo, deixando que ela seja aplicada à conveniência do intérprete. Ou a Constituição é vigente e eficaz em sua completude ou não é a Constituição de um Estado.

Dessa maneira, aconselha-se a supressão completa da modificação do art. 26-A, conforme proposta na MP 449/08, para que se evite a banalização da Constituição e se reforce a figura do intérprete na esfera administrativa.

341
MPV 449/08